

TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - FEVEREIRO - 2012
ANO 18 - NÚMERO 168

Cem anos de história e Justiça

O Palácio da Justiça Rodrigues Campos (foto) completou 100 anos em janeiro. Tombado como patrimônio estadual desde 1977, o edifício mantém grande parte de sua arquitetura original. Na solenidade comemorativa, que reuniu magistrados e autoridades, o presidente Cláudio Costa ressaltou o valor histórico, cultural e arquitetônico do prédio, motivo de orgulho para o Judiciário mineiro.

Encarte Especial

Um marco do Judiciário mineiro

Mais do que um marco do neoclassicismo mineiro, o Palácio da Justiça Rodrigues Campos é um símbolo da Justiça mineira. Cada uma de suas colunas, salas, escadarias e obras de arte abrigam a história do Judiciário e contam um pouco da trajetória do povo mineiro. Pelo palácio, passaram homens ilustres, imbuídos dos mais nobres ideais – de distribuir a Justiça e de promover a paz social. Por seus corredores passaram e passam magistrados, autoridades e operadores do Direito, que se dedicaram e que se dedicam para que a Justiça seja efetiva para aqueles que a ela recorrem.

O edifício tem muito a dizer. Seus salões de julgamento contam sobre a evolução de uma sociedade, com seus conflitos, paradoxos, intolerâncias e avanços. Sua presença imponente no cenário da capital relembra o esforço do ser humano para encontrar acordo,

para buscar solução, para pôr fim às desavenças. Ainda que nem sempre o final de um litígio alcance a harmonia entre as partes, a busca permanente é pela concordância entre elas.

Na solenidade do centenário, o presidente Cláudio Costa ressaltou que o prédio do Palácio da Justiça é uma criação cultural, que interage com o elemento humano. O magistrado lembrou que a ação humana dá vida ao edifício. E o prédio dá ao elemento humano “o sentido de permanência, a confiança de duração no tempo, com sua solidez de pedra”.

Para o Judiciário mineiro, o Palácio da Justiça é motivo de orgulho. Ainda hoje ele faz parte da rotina do TJMG, sediando as sessões de julgamento de câmaras cíveis e criminais, da Corte Superior e do Conselho da Magistratura. Nele também funciona, entre outros setores, a Memória do Judiciário Mineiro,

encarregada da preservação e da difusão da história da instituição.

Para garantir a conservação do edifício, o palácio é alvo de manutenção constante, sempre com vistas a manter seus detalhes originais. O olhar na importância de preservar o passado, contudo, não deixa que o TJMG feche os olhos às necessidades dos dias atuais. Por isso, nos últimos anos, o prédio passou por modernizações, com a instalação de equipamentos para agilizar as sessões de julgamento, para melhorar a comunicação e para aprimorar a segurança de seus usuários.

A comemoração do centenário do prédio, tema do encarte especial desta edição, mostra a importância do Palácio da Justiça no contexto do Judiciário e da cidade. Confira, na reportagem, um pouco da história do edifício e os detalhes sobre a solenidade, que reuniu magistrados e autoridades.

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Cláudio Costa

1º Vice-Presidente:

Desembargador Carreira Machado

2º Vice-Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

3º Vice-Presidente:

Desembargadora Márcia Milanez

Corregedor-Geral:

Desembargador Alvim Soares

EXPEDIENTE

Assessora de Comunicação

Institucional: Valéria Valle Vianna;

Gerente de Imprensa: Wilson Menezes;

Coordenadora de Imprensa: Leticia Lima;

Editoras: Francis Rose; Patrícia Melillo;

Design Gráfico: Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão: Globalprint

Editora Gráfica Ltda.

Ascom TJMG

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro, Belo

Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH: (31) 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Portal TJMG: www.tjmg.jus.br



Marcelo Albert

Polícia Militar tem novo comando

O presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, esteve presente, em 26 de janeiro, na solenidade de troca do comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. O coronel Márcio Martins Sant'Ana é o novo comandante-geral da corporação. Ele vai substituir o coronel Renato Vieira de Souza, que está sendo transferido para o quadro de oficiais da reserva. Já o coronel Divino Pereira de Brito assumiu a chefia do Estado Maior, até então sob responsabilidade do coronel Márcio Sant'Ana. A solenidade, realizada na Academia de Polícia Militar, em Belo Horizonte, teve a participação do governador Antonio Anastasia e contou também com a presença dos desembargadores do TJMG Audebert Delage, José do Carmo Veiga de Oliveira, Francisco Kupidowski e Silas Vieira.

Palácio da Justiça faz 100 anos

Marcelo Albert



Durante a solenidade pelo centenário do Palácio da Justiça Rodrigues Campos, foram lançados dois livros com a história do TJMG e a biografia de seus ex-presidentes desde 1874, ano da criação da Justiça de segunda instância em Minas Gerais. Na mesma ocasião, os Correios lançaram um selo comemorativo. O evento ocorreu em 16 de janeiro.

Solenidade marca centenário de prédio histórico

Lucas Loyola e Raul Machado

“A arquitetura pode ser vista como um dos modos de narração de nossa cultura. Com ela, escrevemos parte de nossa história. Arquitetura é, pois, linguagem, porque produz significação e sentido. É instrumento expressional. Torna eloquente o silêncio das pedras.” Com essas palavras, o presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, abriu seu discurso, em 16 de janeiro, na solenidade de comemoração do Centenário do Palácio da Justiça Rodrigues Campos, edifício sede do Poder Judiciário mineiro.

Para o presidente Cláudio Costa, prédios como o do Palácio da Justiça são criações culturais e

interagem, dialeticamente, com o elemento humano. Segundo o desembargador, os homens dão vida aos prédios, por meio dos trabalhos que neles desenvolvem e da história que é resultante de toda ação humana. Já os prédios, dão ao elemento humano o sentido de permanência, a confiança de duração no tempo, com sua solidez de pedra. “É o senso de infinitude. A pedra desafia o tempo e conta a história dos homens”, disse.

O magistrado também fez questão de ressaltar o valor histórico, cultural e arquitetônico do Palácio da Justiça para a cidade de Belo Horizonte. O prédio

foi tombado como patrimônio estadual em agosto de 1977, na gestão do então presidente, desembargador Edésio Fernandes.

Inaugurado em 16 de janeiro de 1912, o palácio faz parte do acervo da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), cujo superintendente, desde 2001, foi o ex-presidente do TJMG desembargador Hélio Costa, falecido em 15 de dezembro de 2011. “A memória é um dos elementos de permanência do processo civilizatório. Com ela, tentamos perpetuar nossos feitos humanos. O Palácio da Justiça tem sua memória, tem o seu serviço de preservação me-



Marcelo Albert

Em seu discurso, durante as comemorações do centenário, o presidente Cláudio Costa destacou que a arquitetura é uma das formas de escrever a história e de narrar a cultura de um povo

morial”, observou o desembargador, que é filho de Hélio Costa.

O desembargador Cláudio Costa lembrou, emocionado, a época em que Hélio Costa exercia a magistratura. Ele disse que seu pai costumava contar que os antigos marcavam o correr dos tempos assinalando os dias vencidos com pequenas pedras, que eram brancas se o dia assinalado era de júbilo ou de vitórias. “Hoje é dia de júbilo. É dia de pedras brancas”, observou.

Livros

Os 100 anos do Palácio da Justiça foram marcados pelo lançamento do livro de biografias dos desembargadores presidentes do TJMG desde 1874, ano da criação da Justiça de segunda instância em Minas Gerais. A publicação foi entregue pelo presidente Cláudio Costa ao vice-governador de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho; ao procurador-geral adjunto jurídico, Geraldo Flávio Vasquez; ao prefeito municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; e ao deputado federal Eduardo Azeredo.

Na ocasião, também foi lançado o livro *Síntese Histórica do Tribunal de Justiça*, de autoria do ex-presidente do TJ desembargador Lúcio Urbano, e foram afixadas placas com os nomes de todos os desembargadores que hoje integram a Casa.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos emitiu um selo personalizado para comemorar a data. O selo postal é composto por duas partes. A primeira apresenta a imagem da bandeira de Minas Gerais e, ao fundo, a igreja do município do Serro e as montanhas do Estado. A segunda parte do selo apresenta detalhe das colunas do Palácio da Justiça.

Participaram da solenidade comemorativa do centenário magistrados, autoridades e convidados.

O edifício

Em estilo eclético, com predominância de características neoclássicas, o prédio foi construído para abrigar a primeira instância da comarca de Belo Horizonte e a segunda instância do Judiciário. Ricamente ornado, o palácio tem escadarias da Bélgica, mármore de Carrara, pisos de mosaico, vitrais, lustres de cristais da Boêmia, além de belo mobiliário, muitas obras de arte e rica biblioteca.

O prédio da mais alta Corte de Minas foi projetado pelo arquiteto A. Rebecchi e construído pelo engenheiro José Dantas e pelo construtor coronel Júlio Pinto entre 1909 e 1911. Em 1963, o edifício foi batizado como Palácio da Justiça Rodrigues Campos. O jurista foi desembargador e exerceu a presidência da Corte mineira por oito vezes, entre 1930 e 1939.

Atualmente, se reúnem no palácio a Corte Superior e as câmaras cíveis e criminais da Unidade Goiás do TJMG. Também funcionam no local o Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, a Memória do Judiciário



Renata Caldeira

■ O edifício, que passou por duas grandes reformas, tem estilo eclético, com predominância de características neoclássicas

Mineiro (Mejud), além de setores administrativos e judiciários.

Durante os últimos 100 anos, o prédio manteve grande parte de sua arquitetura original, passando por constante manutenção, pequenas intervenções e duas grandes reformas, a primeira entre 1958 e 1963 e a segunda em 1992.

Na reforma de 1958 a 1963, a fachada do palácio sofreu algumas modificações. A cúpula original, em metal e vidro, foi substituída pela de concreto atual. O prédio ganhou vários ornamentos, como as cartelas que contêm os nomes de ex-presidentes e grandes juristas, além de florões distribuídos pelos principais salões. As pastilhas portuguesas do átrio e do saguão deram lugar ao mármore. Na mesma reforma, a área

dos fundos, até então com dois pavimentos como o restante do palácio, ganhou dois mezaninos, o que deixou a ala com quatro pavimentos.

Numa sala da Dengep, encontram-se arquivados todos os projetos dos prédios da Justiça de Minas. Em 1992, antes da última grande restauração, um minucioso levantamento do prédio deu origem a quatro cadernos que detalham a arquitetura do prédio.

Nos dias atuais, a Mejud coordena os trabalhos de conservação da edificação e do mobiliário. Todas as atividades, que movimentam um grupo de funcionários treinados, têm o objetivo de resguardar esse precioso patrimônio do cidadão mineiro. Só assim o edifício continuará contando a história, que é da Justiça mineira, mas que é também de Minas Gerais.

Marcelo Albert



■ Uma placa comemorativa, com o nome de todos os desembargadores que integram o TJMG atualmente, foi afixada no palácio



Marcelo Albert

O vitral instalado no segundo andar foi fabricado pela Casa Conrado e é do artista L. Piscini



Marcelo Albert

O palácio tem escadarias da Bélgica, lustres de cristais da Boêmia e belo mobiliário



Renata Caldeira

Pisos de mosaico e mármore de Carrara compõem o edifício inaugurado em 1912



Marcelo Albert

Durante a solenidade, Cláudio Costa assinou o livro do Centenário do Palácio da Justiça



Rossana Magri

A escultura da deusa da Justiça faz parte do acervo da Memória do Judiciário Mineiro

Novas medidas melhoram pagamento a dativos

Letícia Lima

“Certo dia, na época em que dormia até mais tarde, fui acordado pelo meu pai, que me disse: leia isto. Fiquei impressionado. Era a história da Justiça gratuita da América do Norte. Um americano, dentro de um supermercado, resolveu colocar nos bolsos quitutes. Ele foi preso e fez sua defesa, sem advogado. Na prisão, escreveu à Suprema Corte. Os nove juízes se reuniram e examinaram os feitos relevantes a serem julgados. Aquele homem, Gedeão, disse que não soube se defender porque não tinha advogado. A Corte nomeou um advogado de Chicago que foi até a Califórnia defendê-lo e o caso foi vitorioso.” Essa história, contada pelo presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, ilustrou seu pensamento a respeito da profissão dos advogados no dia da assinatura do Termo de Cooperação para implementação do procedimento de pagamento de honorários a advogados dativos, em 2 de fevereiro.

Esse Termo de Cooperação permite a compensação financeira de maneira mais rápida e menos

Esse Termo de Cooperação permite a compensação financeira de maneira mais rápida e menos burocrática àqueles que atuam em prol dos carentes

burocrática àqueles que atuam em prol dos carentes. É o que conta o advogado que presta esse tipo de serviço há cinco anos, Sandro José Motta Correa. “Antes, era só após cerca de dois anos que a gente recebia os honorários. Agora, isso está mais eficaz. É uma vitória justa.” É isso mesmo. Os advogados dativos receberão em um mês os honorários e, para isso, será preciso apresentar apenas a certidão do trânsito em julgado da decisão. Essas garantias foram dadas tanto pelo termo quanto pelo Decreto nº 45.898/2012.

Sandro está feliz com a agilidade proporcionada, mas ressalta ser motivado, “acima de tudo, por patrocinar a defesa do réu”. O termo dativo é utilizado para designar o advogado nomeado pelo juiz para proporcionar a defesa daqueles que não dispõem de condições para arcar com os custos de um defensor particular. O advogado dativo é nomeado quando não há um defensor público que possa acompanhar o caso. Esse advogado, pago pelo Estado, exercia sua função sempre que solicitado, mas, para que pudesse receber os honorários, tinha que ingressar com uma ação na Justiça.

Cooperação

Segundo o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Minas Gerais (OAB-MG), Luís Cláudio da Silva Chaves, com essa mudança, o Judiciário deixará de receber cerca de 8 mil processos anuais. “Era estranho o advogado resolver um conflito e ter que gerar outro para o Estado que o contratou”, disse. O advogado-geral do Estado, Marco Antônio Rebelo Romanelli, acrescentou que a tramitação de um processo custa de R\$ 10 mil a 15 mil.

O termo e o decreto só foram possíveis pela união de várias instituições. Cada uma terá uma função. O decreto estabelece que os honorários serão fixados pelo juiz da sentença, de acordo com tabela elaborada pela OAB-MG. Caberá à OAB-MG, em cooperação com a Advocacia-Geral do Estado (AGE), organizar a lista de advogados inscritos em todo o Estado que aceitem ser nomeados pelo juízo. Os interessados já podem se inscrever no site da OAB-MG. Ao TJMG caberá distribuir aos magistrados mineiros a lista dos advogados para nomeação pelo juízo. E a Secretaria Estadual de Fazenda deverá fazer a liberação de cotas financeiras para pagamentos aos advogados de acordo com programação anual de desembolso sob responsabilidade da AGE.



Marcelo Albert

O presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, e autoridades comemoram a assinatura do Termo de Cooperação, que irá agilizar o pagamento de honorários aos advogados dativos

Brandão Teixeira é o novo presidente do TRE/MG

Marcelo Albert



Em solenidade realizada em 8 de fevereiro, o desembargador Brandão Teixeira tomou posse no cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG). Também na sessão, o desembargador Antônio Carlos Cruvinel foi empossado nos cargos de vice-presidente do TRE e de corregedor regional eleitoral. Entre as autoridades presentes, estava o presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa. O desembargador Brandão Teixeira assume a Presidência do TRE em substituição ao desembargador Kildare Carvalho, que encerrou seu biênio à frente do Tribunal. Brandão Teixeira exercia, desde julho de 2010, a vice-presidência e a corregedoria do TRE. Na foto da es-

querda, o governador do Estado, Antonio Anastasia, o desembargador Brandão Teixeira e o presidente Cláudio Costa. Na foto da direita, o desembargador Antônio Carlos Cruvinel.



Marcelo Albert

CULTURA

Artista apresenta exposição inspirada em Baudelaire

A galeria de arte do Fórum Lafayette apresenta, até 7 de março, a exposição "Levare", do artista plástico Zé Armando. Na mostra, o artista utiliza a técnica da instalação, em que a obra é composta de elementos organizados em um ambiente. Objetos como bonecas de trapo e o cenário convidam a um passeio irreal pelos mistérios da alma.

Natural de Ouro Preto, Zé Armando graduou-se em Artes Plásticas em 1998, pela escola Guignard, da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). Sua exposição é inspirada no texto "Levare e a Nossa Senhora das Tristezas", do poeta simbolista francês Charles Baudelaire. Segundo Zé Armando, nessa fase, o poeta descreve suas alucinações e delírios de efeito químico.

O artista diz que apesar do texto ser sobre personagens mitológicos, Baudelaire coloca características humanas nas deusas romanas, inclusive no que se refere ao sofrimento. "Tudo é alucinação de Baudelaire. A deusa Levana não existe na mitologia romana. Ela pode estar associada à fada verde, nome dado à bebida absinto, muito comum nos bordéis e no universo boêmio que ele frequentava", esclarece o artista.

A exposição pode ser visitada de segunda a sexta-feira, no Fórum Lafayette, que fica na avenida Augusto de Lima, 1.549, no Barro Preto. A curadoria é de Nana D'Armond. A galeria de arte integra o Espaço Cultural do Fórum Lafayette, coordenado pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom/Fórum), com o apoio da direção do Foro da comarca de Belo Horizonte.



Túlio Travaglia

■ Bonecas de trapo convidam a um passeio pelos mistérios da alma



IMPRESSO